

## Educação, gênero e sexualidade: o debate começou muito antes do “kit gay”

*Education, gender and sexuality: the debate began long before the “gay kit”*  
*Educación, género y sexualidad: el debate comenzó mucho antes el “kit gay”*

Ewerton da Silva Ferreira<sup>1</sup>  0000-0001-7588-0338

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900 – [ppge@contato.ufsc.br](mailto:ppge@contato.ufsc.br)



SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane.

*Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências.*

Petrópolis: Vozes, 2022.

A publicação *Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências* é organizada por Fernando Seffner e Jane Felipe, docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação e ao Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) é um convite a compreender como iniciam os debates no campo da educação e de gênero na instituição. Além disso, possibilita vivenciar um pouco dos enfrentamentos, das lutas, das resistências, das (des)construções do grupo que comemora a sua terceira década de existência.

O livro conta com prefácio assinado pela professora Guacira Lopes Louro, uma das fundadoras do grupo e sua primeira líder. As primeiras páginas oferecem uma contextualização da história e da trajetória do GEERGE até os dias atuais. O ponto de partida elencado por Guacira é o final dos anos 1980, como marco do “tempo de escancarar, com todas as letras, todas as cores, todos os sons, o que tinha sido censurado e punido pelas décadas de ditadura militar” (Guacira LOURO, 2022, p. 7). Após o retorno da professora para a UFRGS, depois de finalizar seu doutoramento na Universidade Estadual de Campinas, ela percebeu a necessidade de ofertar disciplinas que tivessem como foco “Mulheres e Educação”. Ela salienta que, em um primeiro momento, foram aderidas exclusivamente por mulheres, já que, segundo discorre, tais discentes “buscavam referências, registros, análises capazes de preencher o vazio e o silêncio reservado às mulheres em tantas áreas, incluindo a da educação” (LOURO, 2022, p. 8).

Pouco tempo depois, já com a presença de estudantes que não representavam apenas o gênero feminino, surge a necessidade da criação de um espaço extraclasse para debater, estudar, produzir conhecimento não apenas sobre mulheres, mas também sobre masculinidades, feminilidades, processos educativos, culturais, a relação entre família, escola pública e processos de construção de sujeitos femininos e masculinos. O grupo oficializou a sua criação em novembro de 1990 e, desde então, tem incorporado nos seus debates as relações entre escola, gênero e sexualidades, mesmo que em algumas pesquisas não esteja explícito o tema escola, mas se relacionam com temas que chegam nas diversas instituições escolares.

A obra conta com 15 capítulos, assinados por 25 pessoas e representam uma diversidade de temas, debates, projetos de pesquisas, trabalhos de conclusão de cursos, monografias de especializações, dissertações e teses que foram produzidas ao longo desses 30 anos do GEERGE. A escolha dos artigos que representasse parte da história do grupo foi realizada a partir da “decisão de privilegiar temas com forte vínculo no contexto político e na cultura” (Fernando SEFFNER; Jane FELIPE, 2022, p. 18). De igual modo, a organização evidencia os desafios impostos à abordagem de gênero e sexualidades no ambiente escolar pelo crescimento de grupos de extrema direita e conservadores, como os conhecidos “escola sem partido” e movimento “ideologia de gênero” (SEFFNER, 2020).

Embora, a obra esteja alicerçada na grande área da Educação, ao analisarmos o sumário percebemos uma diversidade significativa de temas que discutem a politização contemporânea do feminino e da maternidade, dentre outras problemáticas. Os capítulos convidam à reflexão sobre os *scripts* de gênero e sexualidade na infância, bem como interseccionam raça, classe e masculinidades. A discussão proposta pela obra se pauta nas diversas formas de experienciar a infância destacando o que seria esperado e o que não é tolerado para a criança. Em alguns instantes do percurso de leitura, nos deparamos com reflexões sobre a erotização e casos de violência/abuso sexual, enquanto que, em outros momentos, com considerações sobre a docência na educação infantil, infantilização da inclusão social, envelhecimento e educação.

A publicação também apresenta artigos que dialogam sobre maternidade e autismo; caminhos investigativos na/para a Educação Física; estética corporal e *scripts* de gênero (re) produzidos em aplicativo de editoração de imagem. A masculinidade também é chamada à discussão através do debate sobre o homem comum, a virilidade política e a norma em tempos conservadores; ainda evidencia discussões sobre o currículo de masculinidade em movimento. Somam-se ao debate a articulação entre gênero, sexualidade e envelhecimento; permeabilidades de performances de gênero e interpelação; um olhar sobre si, delineado por fragmentos de memória de uma pesquisa(dora). Um outro caminho desse labirinto estaria ligado à docência, com destaque à recepção das discussões sobre gênero e sexualidade em um contexto de violências e ataques à escola, à liberdade de cátedra, à democracia através das narrativas de movimentos tais como Escola sem Partido e Contra Ideologia de Gênero.

Os temas abordados no livro não se propõem finalizados ou fechados, pelo contrário, evidenciam os (des)caminhos e as potencialidades de sua construção e contribuição que, ao partir da educação enquanto norte (ou sul), possibilita um diálogo interseccional com vários temas, origens teóricas e metodológicas para pensar a produção do conhecimento e a sua relação com gênero e sexualidade. Ainda nesse horizonte está evidenciado o desconforto dos/das pesquisadores/as com a naturalização de práticas sociais e determinações a partir do gênero e da heterossexualidade compulsória que são refletidas em processos de violências, marginalização e discriminação daqueles/as que apresentam identidades dissidentes no ambiente escolar.

A publicação de uma coletânea de artigos em comemoração ao trigésimo aniversário de um grupo de estudos sobre educação e relações de gênero é um alívio e, ao mesmo tempo, nos adverte sobre o quanto ainda estamos distantes de realizar a construção de um debate que consiga possibilitar uma escola que garanta o direito à educação sem nenhum tipo de discriminação, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Uma possível trajetória de leitura da obra se enriquece ao analisarmos o cenário brasileiro durante o mesmo período. Pode-se destacar um avanço na primeira década dos anos 2000, com conquistas significativas para mulheres e pessoas LGBTQIAPN+1 através de programas como “Brasil sem Homofobia”, o qual criava estratégias de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB2, além da Promoção da Cidadania Homossexual (BRASIL, 2004). Outro fator que vale destacar é a aprovação da Lei 11.340/2006, conhecida como a “Lei Maria da Penha”, que criou mecanismos para coibir, prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Ainda, é importante lembrar do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, de 2009, que tinha como objetivo criar e fomentar políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ em diferentes segmentos assegurando dignidade ao grupo que, historicamente, foi excluído (BRASIL, 2009).

No entanto, essa conjuntura parece ter tomado uma guinada diferenciada em 2010, quando começam as primeiras *fake news* sobre um suposto “kit gay” que seria distribuído nas escolas. Outra informação falsa compartilhada foi de que o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, havia distribuído nas creches e escolas municipais mamadeiras com o bico em formato de “pênis”, fato que ficou conhecido como as “mamadeiras de piroca”. Ambos os casos

<sup>1</sup> Nos casos em que aparecem a sigla LGBTQIAPN+ trata-se de uma escolha do autor para incluir o maior número de identidades de gênero e sexualidades.

<sup>2</sup> O movimento LGBTQIAPN+ está em constante modificações e as suas pautas avançam de acordo com o momento histórico-social. Nesse sentido, é importante compreender que as ações estão inseridas historicamente e que, portanto, as siglas usadas repercutem esse mo(vi)mento. No documento Brasil sem Homofobia (2004) a sigla utilizada era GLBT, sendo alterado para LGBT no Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de Pessoas LGBT em 2009. Destaca-se ainda a mudança no início da sigla para o L é objetivando dar maior visibilidade às mulheres lésbicas.

foram desmentidos, comprovando que essas informações não passavam de notícias falsas. No entanto, o pânico moral já estava construído (SEFFNER, 2020).

Já em 2014, o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.005 que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) ao longo do debate do plano houve fortes pressões pela bancada religiosa (evangélicos e católicos) pela retirada de qualquer menção aos “marcadores sociais da diferença associados às identidades culturais específicas, como raça-etnia, regionalidade, gênero e orientação sexual” (Jimena FURLANI, 2022, p. 336). Isso ocorreu sob o argumento de que o PNE estava produzindo uma “ideologia de gênero”. Essas pressões também aconteceram em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas que, em casos mais absurdos, excluíram dos seus planos menções a gênero textual e gênero alimentício, produzindo textos truncados e incompreensíveis, sob a mesma alegação.

Essa atuação de pessoas conservadoras alinhadas ao neoliberalismo, tem o propósito de atacar os debates de gênero e sexualidade, despertando um ativismo potencial no campo progressista, conforme evidenciado por Fernando Seffner e Jane Felipe (2022). A organização da obra destaca diversas tentativas de silenciamento do assunto através de projetos de lei como “Escola sem Partido”; de estímulos de parlamentares pertencentes à ala conservadora no intuito de filmar e de denunciar professores/as que abordassem os temas em sala de aula; ou ainda, de perseguições de grupos de pais e responsáveis religiosos a tais docentes. Contudo, destacam que tais tensionamentos permitiram que:

As questões em gênero e sexualidade passaram de uma presença marginal no campo educacional a uma centralidade sem precedentes, o que se revela pelo exame dos debates em campanhas eleitorais, pelas proposições de leis em casas legislativas e disputas no âmbito judiciário, e pelas recorrentes notícias na grande imprensa envolvendo escolas, alunos e alunas, professores e professoras e a abordagem didática desses temas na sala de aula (SEFFNER; FELIPE, 2022, p. 19).

Considerando o contexto em que gênero e sexualidade na educação estão vivenciando nos últimos anos a publicação da obra resenhada é fundamental para comprovar que não se trata de ideologia, doutrinação ou qualquer tentativa de erotizar ou “transformar” crianças e adolescentes em pessoas LGBTQIAPN+. Pelo contrário, a leitura possibilita compreender os diversos segmentos para pensar gênero, sobretudo lançando luz a questões relativas às masculinidades tóxicas e padrões que geram adoecimento em sujeitos heterossexuais e cisgêneros que não se enquadram dentro do binômio normativo de tornar-se homem ou mulher, assim como de expressar sua sexualidade sem liberdade.

A publicação caminha na contramão dos movimentos conservadores que pautam suas reivindicações a partir de seus valores que determinam como verdadeira uma única forma de contemplar a realidade e o mundo à sua volta. O livro *Educação, Gênero e Sexualidade: (im) pertinências* convida o/a leitor/a a adentrar em um campo de produção do conhecimento que está em constante modificação, abrindo possibilidades a novas leituras, perspectivas teóricas e que seja possível garantir que as pessoas não sejam marginalizadas apenas pela sua forma de ser e existir.

A necessidade de atingir leitores/as que não sejam exclusivamente acadêmicos/as é considerada na construção da coletânea, uma vez que mesmo os capítulos que abordam questões teóricas e conceituais (as quais são de leitura acessível) permitem que aqueles/as que nunca tiveram contato com o campo de estudos de gênero e sexualidade consigam apreender as reflexões suscitadas. Sendo assim, é um material rico para inserção nas formações continuadas de professores/as e nas instituições escolares.

Nesse sentido, a coletânea aponta a produção do conhecimento científico, alinhado com a militância e divulgação de pesquisas, que emergem muito antes dos movimentos raivosos e conservadores, como uma oportunidade significativa de resistência e produzindo pesquisas em gênero, sexualidade e educação. O volume corrobora para a necessidade de defendermos a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

## Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 18 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos dos LGBT*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

FURLANI, Jimena. "A narrativa 'ideologia de gênero' – Impactos na educação brasileira e nas políticas de identidade". In: SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. *Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências*. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 335-361.

LOURO, Guacira Lopes. "Prefácio – O enredo de um grupo". In: SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. *Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências*. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 07-16.

SEFFNER, Fernando. "Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica". *Práxis Educativa*, v. 15, p. 1-19, 2020. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15010>. Acesso em 19 set. 2023.

SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. *Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências*. Petrópolis: Vozes, 2022.

**Ewerton da Silva Ferreira** ([ewerton.ferreira@posgrad.ufsc.br](mailto:ewerton.ferreira@posgrad.ufsc.br), [ewertonferreira266@gmail.com](mailto:ewertonferreira266@gmail.com)) é doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Políticas Públicas e Licenciado em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa. Bolsista CAPES. Membro do NEJUC – Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea – UFSC. É pesquisador voluntário nos GT Educação e GT Acadêmico da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

FERREIRA, Ewerton da Silva. "Educação, gênero e sexualidade: o debate começou muito antes do 'kit gay'". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 32, n. 1, e95505, 2024.

#### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

#### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

#### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

#### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

#### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

#### HISTÓRICO

Recebido em 06/07/2023

Reapresentado em 03/10/2023

Aprovado em 13/10/2023